



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



POLÍTICA OPERÁRIA

Nº 29 / 2024 | APEOESP | 19 de agosto

Aprofunda a dramática crise mundial do capitalismo

Responder com os métodos próprios dos trabalhadores

A situação mundial está marcada por guerras, genocídio, fome e miséria. A guerra na Ucrânia atingiu dois anos e meio. Os Estados Unidos, União Europeia e OTAN não fazem senão prolongar a guerra, objetivando o controle da região da Eurásia. O que significa eliminar o poder da Rússia sobre as ex-repúblicas soviéticas ainda não submetidas ao imperialismo, como é o caso da Ucrânia. A Rússia, por sua vez, responde ao cerco dos Estados Unidos e aliados com os métodos da opressão nacional. Também faz parte das tendências bélicas do imperialismo a invasão militar de Israel sobre a Faixa de Gaza, que já assassinou mais de 40 mil palestinos. Fato que só tem sido possível com a ajuda militar e financeira dos Estados Unidos. Em meio a esses dois confrontos, tem ganhado projeção a guerra comercial dos Estados Unidos com a China e a investida norte-americana para derrubar o regime chavista.

As consequências das guerras de dominação e do intervencionismo das potências se espalham por todo o mundo, cujo peso é descarregado sobre a maioria oprimida. Para os explorados, o caminho é a organização independente, que impulsione o programa da revolução social, de fim do capitalismo e pelo socialismo.

No Brasil, o governo Lula se tornou cada vez mais refém dos partidos oligárquicos que controlam o Congresso Nacional. Não se trata de um governo de ruptura em relação à política econômica do governo ultradireitista de Bolsonaro. Está aí por que não pôde revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro - trabalhista, previdenciária e Novo Ensino Médio. A política do Teto de Gastos recebeu a máscara do Arcabouço Fiscal. O salário mínimo de R\$ 1.412,00 continua sendo a fonte de miséria de milhões de trabalhadores e aposentados. O pagamento da fraudulenta dívida pública favorece o capital financeiro e arranca do Orçamento da União quase 50% de tudo o que é arrecadado. Não por acaso, vêm os cortes de recursos à saúde e educação. E não por acaso, Lula se colocou contra as greves dos servidores federais, da Previdência e, agora, dos Correios, que exigiam reajuste salarial.

Em São Paulo, Tarcísio põe em prática a política privatista, militarista e obscurantista do governo Bolsonaro. A maioria do funcionalismo se encontra com os salários arrojados. Os direitos dos servidores são diuturnamente arrancados. Trata-se de um governo ultradireitista, que tem a seu favor a Assembleia Legislativa e uma rede de prefeitos vinculados ao agronegócio e latifundiários por todo o estado.

Esse breve quadro, lamentavelmente, não tem encontrado uma poderosa resistência dos explorados. As manifestações contra as guerras de dominação, inclusive no Brasil, não têm tido a força necessária para conter a investida do imperialismo. Isso tem ocorrido pela ausência de direções revolucionárias. A Corrente Proletária tem insistido para que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a paralisia e se coloquem pela organização da luta coletiva, que só pode ser com os métodos próprios dos explorados. No entanto, ao invés da luta direta, as direções sindicais e políticas estão de corpo inteiro à caça de votos para as eleições municipais. Por essa via, insistimos, não derrotaremos as tendências fascistas que ganham força mundial, como vem ocorrendo no Brasil.

A Corrente Proletária defende, como um passo fundamental para enfrentar os ataques dos governos, que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, greves e manifestações de rua, em defesa de um programa próprio de reivindicações dos explorados.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



A educação pública diante da profunda crise

Respostas da burguesia e governos

A educação pública vem sendo cada vez mais golpeada. A crise econômica impõe à burguesia e seus governantes o corte de recursos. Exige que se retire da Constituição a obrigatoriedade de aplicação pela União, estados e municípios de 18% e 25%, respectivamente. São Paulo, que aplicava 30%, está à beira de alterar esse percentual, por decisão de Tarcísio. E obriga que os governos imponham medidas de privatização, terceirização, de arrocho salarial e eliminação de direitos.

Tarcísio segue firme essa diretriz do capital financeiro. Impõe a plataforma, o ensino a distância, o Novo Ensino Médio e as PEIs. Para cortar gastos, age diuturnamente com o fechamento de salas de aula e eliminação do período noturno e das EJAs. Lula, por sua vez, aprova o Novo Ensino Médio, mantém o Piso Nacional do magistério abaixo do salário mínimo do Dieese e se mostra incapaz de impor a educação gratuita em todos os níveis para a juventude oprimida. Portanto, as respostas da classe dominante e seus governos são concretizadas em medidas regressivas para a educação, para os trabalhadores e estudantes.

Respostas das direções sindicais

Há quase uma unanimidade por parte das direções sindicais em relação às medidas governamentais de ataques à educação. Não há uma política real de combate. O que há são discursos e campanhas inócuas, que acabam impedindo a organização dos trabalhadores da educação, estudantes e explorados em geral. Prevalece a política de conduzir o descontentamento para as ações parlamentares e judiciais.

Diante do governo Lula, as direções sindicais procuram de todas as formas não desencadear movimentos em favor das reivindicações dos trabalhadores, para que não provoquem instabilidade na sua governabilidade. Em relação ao governo Tarcísio, agem no sentido de manter os movimentos nos limites das denúncias, temendo que a radicalização possa atingir o presidente da República.

Nesse momento, voltam suas energias para as eleições municipais. Em São Paulo, centenas de dirigentes sindicais, estadual e regionais são candidatos e, assim, estão em campanha eleitoral. A direção da CUT e outras centrais entregaram uma "Carta Compromisso" aos candidatos a prefeitos, sejam de esquerda ou de ultradireita.

Foram atrás de promessas de palanques eleitorais. Na Apeoesp, também há inúmeras candidaturas de professores para vereança. Querem, assim, fazer crer que por meio das eleições, elegendo "candidatos comprometidos", será possível barrar a ultradireita e dar voz às reivindicações dos trabalhadores.

Insistimos em dizer que vivemos na etapa de decomposição do capitalismo, momento que é inviável reformas em favor dos explorados. Ao contrário, vivemos o período de contrarreformas e de barbárie social. A política das direções acaba, dessa forma, afastando os trabalhadores dos sindicatos e dos métodos de luta próprios da classe operária.

Respostas que unificam os trabalhadores e a juventude oprimida em defesa do ensino público

Os professores, estudantes e trabalhadores em geral têm demonstrado disposição de luta. Foram várias as manifestações contra a imposição das escolas cívico-militares, a plataforma, o fechamento de salas aula, o avanço do PEI, o concurso fraudulento, a atribuição de aulas on-line, a violência policial nas escolas, entre outras. O problema é que essas manifestações não têm conseguido ultrapassar os limites das escolas e de cada região. Dessa forma, as mobilizações localizadas e o ódio individual aos ataques do governo não se transformaram em poderosos movimentos coletivos de rua. Não foram capazes de derrotar a política das direções, que é de conciliação de classes.

Há uma situação nas escolas que tem dificultado o avanço do movimento. Hoje, 54% dos professores são contratados (Categoria O) e estão sob o regime de servidão. O governo usa as medidas punitivas a esses professores para impedir a paralisação das escolas. As direções sindicais se apegam a essa condição para não convocar as assembleias, as paralisações e a greve. Esse enorme contingente de professores, por outro lado, não fez nenhuma experiência de enfrentamento ao governo. Ganhar essa parcela de professores é uma tarefa imprescindível. E só é possível ganhá-la potenciando a luta coletiva. Para isso, as reuniões regionais são instrumentos valiosos no sentido de elevar a consciência de classe da maioria do professorado.

A Corrente Proletária vem mostrando que é possível reverter esse quadro de profundos ataques e de derrotas dos trabalhadores e estudantes.

As reivindicações em defesa da educação pública e o combate às medidas governamentais são o ponto de partida. O que implica, necessariamente, convocar uma assembleia estadual, amplamente divulgada, para que coletivamente os trabalhadores da educação e estudantes possam decidir o melhor caminho para conquistar as reivindicações. Assembleias democráticas, onde todos possam ter o direito de se expressar e as decisões sejam o resultado das exposições de propostas. O que implica travar um combate às assembleias controladas pela burocracia do sindicato.

Por um movimento classista em defesa de um único sistema de ensino

A situação dramática da educação exige a unidade de professores, funcionários, estudantes e trabalhadores em geral. Isso porque implica enfrentar uma política centralizada da burguesia e dos governantes, que é de desmonte da educação gratuita e favorecimento da privada. Fazem parte desse desmonte os baixos salários, a destruição de conquistas históricas do magistério, a enorme quantidade de contratos precarizados e terceirizados, o aumento do autoritarismo, a eliminação da liberdade de cátedra e o corte dos já débeis recursos ao ensino gratuito.

As experiências de mobilizações por escolas ou por região demonstraram que são incapazes de derrotar uma política governamental altamente centralizada. Basta lembrar da luta contra as PEIs e agora das escolas cívico-militares.

Mas, as experiências também puderam comprovar que a luta em defesa da educação pública obriga a combater o ensino privado. No regime capitalista, é impossível a coexistência do público com o privado. Isso porque a existência e expansão do privado depende da derrocada do público. Está aí a importância da bandeira do sistema único de ensino, público, científico e controlado por quem trabalha e estuda. A Corrente Proletária tem em seu programa a defesa da unidade entre teoria e prática, ou seja, do ensino vinculado à produção social.

